

Florestan Fernandes no exílio

Marcos Tadeu Del Roio

Como citar: DEL ROIO, Marcos Tadeu. Florestan Fernandes no exílio. *In* : TOTTI, Marcelo Augusto (org.). **100 anos de Florestan Fernandes** : legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 127-144. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p127-144>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

FLORESTAN FERNANDES NO EXÍLIO

*Marcos Tadeu Del Roio*¹

INTRODUÇÃO

Florestan Fernandes era um nome conhecido e respeitado no ambiente ainda muito restrito da Universidade brasileira e, mais em particular, na grande área da Humanidades. Nos anos 60, apareceu como militante pela ampliação da escola pública e pelo acesso a Universidade, além de notável estudioso da questão do negro brasileiro na sociedade classista racista. O ponto que centralizava as preocupações das ciências sociais no Brasil e em todo o continente era a questão que girava em torno do problema do desenvolvimento / subdesenvolvimento e dependência. Sobre esse problema também a contribuição de Florestan Fernandes foi maiúscula.

O debate fora pautado pela CEPAL, que apontava na reforma agrária e na industrialização o caminho a ser trilhado na luta contra o subdesenvolvimento. Nesse caminho a ruptura com o imperialismo e o papel da burguesia industrial seriam de grande importância para que se desenvolvesse um capitalismo autônomo. Nos anos 60, a discussão avançou para formas de contestação dessa tese original. Uma linha, influenciada

¹ Prof. Titular de Ciências Políticas da UNESP-FFC.
<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p127-144>

pela revolução cubana, negava a possibilidade de a burguesia cumprir o papel anti-imperialista e percebia a revolução socialista como meio único de superação da dependência e do subdesenvolvimento. Ruy Mauro Marini (1969; 1973) e Theotonio dos Santos (1972) podem ser sugeridos como expressão dessa vertente. Por outra face, apareceu quem afirmasse a possibilidade do desenvolvimento com a manutenção da dependência, desde que a burguesia pudesse redefinir o seu papel na associação com o imperialismo. Nesse caso podemos indicar Fernando Henrique Cardoso como expoente na defesa dessa tese (CARDOSO, 1970).

A argumentação científica não esconde as diferentes posições políticas, os diferentes projetos históricos. Ambas, contudo, trazem a crítica explícita às interpretações do Partido comunista. Apesar de ser aproximada de maneira forçada à leitura cepalina, na verdade a teoria da revolução brasileira do PCB insistia, desde 1929, que a revolução democrática deveria proceder a reforma agrária e a ruptura com o imperialismo pela ação política coletiva do proletariado industrial, campesinato sem-terra e pequena burguesia urbana. Em alguns momentos foi aventada a hipótese de aliança com fração da burguesia que escolhesse se aliar a essa pretendida frente única. Essa hipótese ganhou força desde 1958 no PCB e as críticas dentro e fora do partido forma duríssimas, principalmente depois da catástrofe de 1964. De todo modo, o que importava para o PCB é que no Brasil seria instaurado um capitalismo de Estado (que poderia estar endereçado ao socialismo), no qual a hegemonia estaria em disputa, fosse ou não apregoada a aliança com um setor burguês de ideologia nacionalista (DEL ROIO 2012).

A intenção deste capítulo, porém, não é expor as diferentes posições político ideológicas que se confrontaram no Brasil e na América Latina em torno da enunciada pauta das ciências sociais e da formulação política de diferentes grupos político sociais. Trata-se sim de observar não mais do que a particularidade da formulação de Florestan Fernandes em determinado momento de sua reflexão, a qual teve indiscutível incidência nas ciências sociais institucionalizadas e também no movimento político de oposição à ditadura militar burguesa, em particular aqueles postados mais à esquerda.

OS PADRÕES EXTERNOS DE DOMINAÇÃO

Logo após o golpe de março de 1964, que instaurou a ditadura militar burguesa, Florestan começou a se preocupar mais com um enfoque que levava o tema da revolução burguesa em maior consideração, um tema próprio da tradição comunista. Em 1966 começou o trabalho de interpretação da revolução burguesa no Brasil, mas o intento foi abandonado por falta de estímulo e interlocutores com boa disposição. Não era bem um tema de boa aceitação na USP, que preferia a discussão em torno do chamado “populismo” (IANNI, 1968; WEFFORT, 1978).

Envolvido com os estudantes e com suas angústias, Florestan passou os anos de intensa mobilização contra a ditadura, a até que foi expulso da Universidade com base no arbitrário Ato Institucional nº 5, verdadeiro emblema de ação coercitiva contra a oposição política e contra a cultura. Passou de 1969 a 1972 como professor convidado em Universidades do Canadá e Estados Unidos, período no qual debruçou-se a estudar história das revoluções do século XX, a obra de Lenin e outros autores da tradição marxista. Não pode deixar de notar que essas revoluções todas ocorreram na zona periférica do capitalismo. Da mesma maneira não se pode deixar de notar o deslocamento teórico e ideológico de Florestan Fernandes, cuja reflexão passa a ter como eixo a questão da emancipação do trabalho.

Nesse período de exílio, Florestan Fernandes, que se autodefinia sociólogo militante e socialista, parece então ter passado por uma fase de redefinição da sua visão de Brasil e América Latina. A expressão inicial dessa mudança está nos ensaios escritos entre 1969 e 1971 e juntados para compor o livro *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, publicado no Brasil em 1973, pela Zahar Editores. Logo na “Explicação prévia” Florestan avança que os temas tratados são cortados pela visão que tem da “crise estrutural por que está atravessando a América Latina de nossos dias” e “o dilema do capitalismo dependente” (FERNANDES, 1973, p. 8). A dramaticidade da situação obriga a que a uma “interpretação militante” e que ao fim “temos que colocar a problemática humana de nossos países acima da Sociologia” (FERNANDES, 1973, p. 9).

As determinações externas iniciam a exposição do autor. Para Florestan, “[...] as nações latino-americanas são produtos da ‘expansão da civilização ocidental’, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático.” (FERNANDES, 1973, p. 11). O desenvolvimento do capitalismo garantiu a persistência da dependência da América Latina em relação às nações que se faziam hegemônicas em diferentes fases de modo a determinar diferentes padrões de dominação.

O padrão inicial seria o “antigo sistema colonial” no qual os colonizadores estavam submetidos aos monarcas de Portugal e Espanha ao modo de vassalos. A preservação dos interesses da Coroa e dos colonizadores foi processada “[...] pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços).” (FERNANDES, 1973, p. 13). Quais eram esses padrões ibéricos? Uma explicação indica que seriam padrões de um feudalismo particular definido em zona de fronteira e de conquista de territórios ocupados por árabes. Os conquistadores da parte da península controlada pelos árabes se fizeram nobres e vassalos dos reis cristãos, os conquistados convertidos em servos cristãos. Essa mesma lógica se estendeu às Américas, onde se tentou estabelecer um feudalismo de fronteira expandida.

No entanto, a explicação de Florestan segue outra possibilidade e faz uso de categorias da sociologia de Max Weber para observar uma sociedade colonial formada por estamentos e castas, incapaz de sustentar as relações mercantis que demandava. De fato, o capital mercantil tinha também uma externalidade própria, já que se originava e se acumulava em outras partes da Europa, tal como a Holanda. Em seguida França e Inglaterra entraram para disputar as benesses que o comércio colonial oferecia. Em torno do fim do século XVIII, as revoluções burguesas na América do Norte e na Europa induziram a formação de um novo padrão de dominação externa.

Os originais colonizadores foram descartados e formaram-se Estados dos setores sociais que controlavam internamente a vida econômica colonial. O antigo padrão foi apenas reformado com o estabelecimento de relações diretas de comércio entre os dominantes das ex-colônias com a Inglaterra, dona do comércio internacional. Florestan identifica

esse período como neocolonial e também como de transição. Nessa fase aparecem as possibilidades de acumulação mercantil dentro dos Estados do continente latino-americano, mas isso, por si só, não levaria a região ao capitalismo.

Foi, de novo, o desenvolvimento do capitalismo e sua expansão a redefinir o padrão de dominação externa ainda uma vez. O ingresso do capitalismo na fase imperialista ensejou o ingresso dos interesses econômicos dos países dominantes no interior do território e da economia dos países dependentes pela necessidade advinda de exportar capitais. Florestan afirma a propósito que “[...] a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma possibilidade histórica na América Latina.” (FERNANDES, 1973, p. 16).

O que Florestan parece afirmar é que o capitalismo dependente surge como uma indução externa, quase que uma imposição do imperialismo às suas necessidades, muito mais do que por ação de forças internas que o colonialismo não fora capaz de gerar. Pelo contrário, as forças surgidas com o colonialismo se viram reforçadas nos seus interesses vinculados a exportação de bens primários: o arcaísmo ganhava força em vez de se enfraquecer. Por fim, Florestan apresenta um quarto padrão de dominação externa, que surgiu com a expansão das grandes empresas corporativas que representam o capitalismo monopolista e que passam a exercer o “[...] controle interno das economias dependentes pelos interesses externos.” (FERNANDES, 1973, p. 18).

Esse padrão de dominação é identificado como *imperialismo total*, que se caracteriza, com efeito, pela organização interna da dependência e é impeditivo de qualquer desenvolvimento autônomo por iniciativa da sua burguesia. Assim que pode ser observado que os padrões de dominação dependência externa induzem transformações adaptativas sobre os países dependentes de modo a continuar a espoliação da riqueza produzida nesses países e garantir que não ocorra um desenvolvimento capaz de extirpar as mazelas sociais mais escandalosas.

Trata-se de um processo de *recolonização* frente ao qual as classes dominantes internas apresentaram a sua capitulação. Como é um processo

de dominação fincado no interior significa que se difunde para muito além da força econômica das corporações. A incorporação ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos inclui instituições “[...] encarregadas de conduzir a política de controle global de finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos.” (FERNANDES, 1973, p. 24).

O capitalismo pode se desenvolver, apenas que delimitado por interesses que não são nacionais, que não visam a autonomia e a integração. Trata-se de um capitalismo que articula interesses da dominação externa com a dominação interna, que não correspondem às necessidades de combater a miséria e a ignorância das massas. Se a situação é essa a interrogação que decorre é sobre a possibilidade de se alcançar os objetivos travados pelo nexos da dominação externa / interna serem alcançados sem uma ruptura anticapitalista. Não há possibilidade de se compor um novo capitalismo no lugar do capitalismo dependente, pois “[...] os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito.” (FERNANDES, 1973, p. 26).

Numa situação como essa -- que aparenta não oferecer saída --, diante do agudizar-se das contradições sociais, Florestan vislumbra duas possibilidades para se romper com esse circuito de dependência e exploração: o nacionalismo revolucionário, uma revolução dentro da ordem conduzida por setores dominantes por meio de um capitalismo de Estado, ou então a revolução socialista, uma revolução contra a ordem, produto de uma radical rebelião popular. Há que se notar aqui que Florestan observa duas possibilidades para a transformação social, uma que não escapa dos marcos de uma revolução burguesa e outra que implica uma ruptura radical com a ordem social existente, ao modo de uma revolução socialista. Não considera a probabilidade de o nacionalismo revolucionário ser um ponto da passagem para a revolução socialista, como, aliás, aconteceu em Cuba.

CAPITALISMO E CLASSES

Nos anos 60/70 ganhou muita difusão na América Latina a chamada teoria do *populismo*. O pressuposto dessa teoria era precisamente aquele de que na América Latina não haveria classes constituídas ou sociedade civil organizada, o que seria o ponto de partida para explicar a relação existente entre liderança carismática e massas populares manipuláveis. Para Florestan Fernandes, que não aceita essa hipótese, de um ponto de vista abstrato, classes sociais e capitalismo estão entrelaçados intrinsecamente.

No chamado “capitalismo moderno” as classes sociais tem nitidez expressas na organização social e política-ideológica porque o capitalismo se desenvolveu sobre bases próprias e superou ou incorporou as relações sociais progressas. A questão sobre a existência ou não de classes sociais na América Latina exige então uma discussão prévia sobre a particularidade do capitalismo formado nessa região.

Em primeiro lugar há que se constatar que o capitalismo e a sociedade de classes na América Latina não são resultado de uma evolução interna produzida pelas contradições das formas sociais pré-existentes, mas produto da dominação externa. Há que se constatar também que por conta da dominação externa, “[...] o capitalismo evoluiu na América Latina sem contar com condições de crescimento autossustentado e de desenvolvimento autônomo.” (FERNANDES, 1973, p. 35).

Assim que se tem é um capitalismo relativamente frágil, cujas classes sociais se sobrepõem a uma série de grupos sociais mais ou menos numerosos, que são produto da desagregação ou da sobrevivência de formas sociais anteriores. Há então uma significativa massa popular que ainda não se fez classe. A partir dessa leitura, Florestan conclui que “[...] as insatisfações de uma classe potencial são mais perigosas para uma sociedade de classes em formação e em consolidação, que o querer coletivo de uma ‘classe em si e para si’ numa sociedade de classes plenamente constituída.” (FERNANDES, 1973, p. 36).

Se a sociedade de classes em formação não consegue conduzir essas massas para o seu interior, terá que conviver com a permanente instabilidade e crise. Ao fim, Florestan quer dizer que a eclosão revolucionária é mais

provável nas condições em que o capitalismo e a sociedade de classes não estão plenamente consolidados e há uma massa explorada e oprimida desesperada, que pode se fazer classe no decorrer e depois de um movimento revolucionário. Por estar na América Latina, Cuba é o exemplo citado, mas poderia também ser a China e o Vietnam.

A América Latina tem então características que apresentam um desafio interpretativo para a Sociologia. Mais especificamente é preciso observar se e como a herança da sociologia clássica pode ser redefinida para essa empreitada. Certo que Florestan oferece apenas três questões para fazer, digamos, esse teste. A primeira questão, cuja resposta poderia parecer óbvia, mas enfrentava muitas restrições, era sobre a existência de classes sociais na América Latina.

Assim era porque em vastas regiões do continente, mesmo em áreas urbanas, o núcleo integrado a partir do qual se disseminava o capitalismo era restrito e pouco dinâmico. Maior era a complicação pois as classes não se reconhecem como tais e se escondem atrás de um véu ideológico arcaico que fortalece uma visão hierárquica e estamental das relações de classe. Trata-se de reconhecer então a particularidade do capitalismo, como se objetiva e se irradia na América Latina.

A dependência externa determina a objetivação do capitalismo no continente e essa característica impede qualquer “correção” no desenvolvimento da sociedade de classes. A tendência, na verdade, é “[...] a de uma persistência e de um agravamento contínuos da presente ordenação em classes sociais, [...]” (FERNANDES, 1973, p. 40).

Essa tendência pode ser identificada na quase impossibilidade de a burguesia falar em nome do Estado-nação e pelo necessário uso da violência explícita na defesa de seus interesses e privilégios. O resultado só pode ser, em perspectiva, a crescente visibilidade da divisão entre as classes sociais, que pode gerar um forte sentimento anticapitalista.

A dramaticidade do quadro social surge de sua rigidez. A sobrevivência de aspectos e características sociais que o surgimento das classes sociais não conseguiu diluir e a destruição das condições econômicas e políticas, impediram a realização de revoluções nacionais burguesas. Assim é que

as classes sociais dominantes ficam recobertas com a caracterização da ordem social hierárquica e estamental pré-capitalista e o moderno sofre um processo de arcaização, mesmo com o crescimento industrial e urbano. Nesse passo, para Florestan nem uma revolução dentro da ordem parece ser mais possível, pois haveria o bloqueio das classes proprietárias privilegiadas e as classes despossuídas estão ocupadas no aprendizado de como se fazer a revolução contra a ordem. Dito de outra maneira, não há mais possibilidade de revoluções democrático burguesas e o único caminho é o que leva a revolução socialista.

Se é verdade que há classes sociais na América Latina é preciso explicar porque são frágeis e mal constituídas. A resposta encontra-se, antes de tudo, na particularidade do capitalismo que surgiu e se desenvolveu na América Latina, mas também na forma e dinamismo das classes até culminar na sociedade de classes vinculada ao capitalismo dependente. O capitalismo que se formou na América Latina, além da obviedade de contar com todos os elementos distintivos do capitalismo em geral, Florestan destaca que as classes dominantes internas do capitalismo dependente não tem o monopólio do produto da exploração dos trabalhadores, que é compartilhado com as empresas e Estados imperialistas. Trata-se assim de um capitalismo que “[...] possui um componente adicional específico e típico: a acumulação do capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes).” (FERNANDES, 1973, p. 45).

Florestan volta às origens e fundamentos do capitalismo dependente, mas com considerações algo diferentes de quanto havia sustentado no primeiro ensaio. Desta feita Florestan parece seguir mais de perto a tese de Caio Prado Jr sobre o Brasil. Fala das “vinculações do antigo sistema colonial com o capitalismo comercial” e de como “a conexão capitalista pura e irreduzível da economia colonial procedia do circuito comercial e realizava-se no mercado europeu.” (FERNANDES, 1973, p. 46). Insiste ainda no “caráter capitalista do empreendimento colonial” e que “[...] o elemento capitalista do mercado colonial era imposto de fora para dentro e realizava-se de fato, através dos dinamismos jurídico-políticos e econômicos dos mercados metropolitanos.” (FERNANDES, 1973, p. 47).

Em seguida, finalmente, quando chega no processo produtivo da riqueza, começa por reafirmar que

[...] o elemento capitalista central da economia colonial provinha do comércio colonial interno e externo, o qual impunha formas de apropriação e de expropriação – e, portanto, de acumulação do capital – pré-capitalistas. O reverso do capitalismo comercial, na América Latina, era um sistema de produção colonial, [...] (FERNANDES, 1973, p. 48).

É de se perguntar se o “capitalismo comercial” não é também uma forma pré-capitalista de produção. Sabido que para Marx a acumulação primitiva do capital ocorre dentro de uma forma social e produtiva que não é capitalista no sentido de que o capital se apropriou do processo produtivo da riqueza e da vida social, algo que só ocorre com o surgimento da indústria, das máquinas que produzem máquinas. Mais correto seria dizer então que o “sistema de produção colonial”, como chama Florestan nessa ocasião é parte importante no processo de acumulação primitiva, mas isso não responde a eventual pergunta sobre qual era a natureza desse sistema, a não ser que era colonial (FERNANDES, 1973, p. 48).

Então é preciso ir mais a fundo e Florestan anota então que

[...] o caráter precursor de tal sistema de produção aparecia nas combinações da escravidão, servidão e de modalidades meramente suplementares de trabalho pago com a criação de uma riqueza destinada a apropriação colonial, ordenada legalmente e praticada por meios político-econômicos. (FERNANDES, 1973, p. 48).

Mas Florestan se apressa em dizer que que tal sistema de produção não era feudal, pois que no contexto histórico do colonialismo “o feudalismo seria uma aberração regressiva” (FERNANDES, 1973, p. 48). Anteriormente, dentro do universo weberiano, Florestan havia visto a América Latina colonial como um conjunto de sociedades estamentais e de casta sem capacidade de se desenvolver autonomamente, que sem dúvida poderiam serem chamadas de regressivas, mas mesmo assim adaptações das estruturas sociais ibéricas. Pode ser importante lembrar que na dialética

crítica elaborada por Nelson Werneck Sodré, de fato teria havido um feudalismo no Brasil e de caráter efetivamente regressivo, mas não como uma aberração, mas como fenômeno decerto explicável dentro do contexto colonial (SODRÉ, 1962).

O CAPITALISMO DEPENDENTE E O PODER DUAL

Na sequência de sua reflexão, Florestan observa que a “revolução política” que teria redundado na fundação dos Estados nacionais na América Latina não foram mais do que “[...] uma autentica depuração consolidadora das estruturas econômicas e sociais herdadas da sociedade colonial.” (FERNANDES, 1973, p. 49) e o início de uma fase de transição identificada como neocolonial. Florestan prefere não tratar especificamente dessa fase para logo adentrar na discussão da formação do “capitalismo moderno.” (que pressupõe o capitalismo mercantilista como antigo).

O “capitalismo moderno” surge quando da internalização do mercado capitalista e a criação, assim, de dois polos interligados que se retroalimentam, mas sempre em maior benefício do polo externo. O surgimento de um mercado interno resulta da expansão do mercado mundial, sem que haja alterações de fundo na forma social neocolonial. O capitalismo se instala e se adequa aos interstícios da ordem já existente, sem desagrega-la.

O primitivo capitalismo mercantilista, que impregnou as atividades econômicas no período colonial e na transição neocolonial, não se evapora: ela continua entrando no espírito dos agentes econômicos externos ou internos, todos orientados por uma mentalidade especulativa predatória. (FERNANDES, 1973, p. 51).

Decerto é de se provocar perplexidade essa formulação e também a que se segue. O que é o espírito dos agentes econômicos com mentalidade especulativa predatória?? Apenas se sabe na sequência que esses agentes com tal mentalidade são o “produtor rural”, o grande e pequeno comerciante e o trabalhador assalariado. Com eles a mercantilização se reabilita e se converte em “fator da racionalidade”. Assim que “[...] a ‘revolução burguesa’

se desenrola com um dado da estrutura, não como processo histórico.” (FERNANDES, 1973, p. 52). Aqui nos encontramos em pleno mundo idealismo weberiano e do estruturo-funcionalismo! Aqui não se percebe a presença de classes sociais que fazem história!

A revolução burguesa ocorre pela interação e pelo dinamismo que procede de fora com o dinamismo interno. O impacto externo é a constante de todo o processo dessa interação, cujo momento culminante – o qual apenas alguns países da América Latina alcançam -- se mostra na aceleração da revolução industrial. Mas o capitalismo dependente tem nessa dualidade a sua particularidade, daí ter uma lógica econômica própria, que implica a sobre apropriação capitalista. Essa lógica econômica, por sua vez, decorre do predomínio permanente do polo externo, situação aceita pelo polo interno como vantajosa. Se sairmos da abstrusa linguagem sociológica de Florestan, pode-se dizer que as classes dominantes internas se beneficiam com a aliança subalterna com os interesses do núcleo imperialista do capitalismo mundial, às custas do interesse na construção de um povo/nação.

A burguesia no capitalismo dependente se origina das oligarquias e se apresenta como uma burguesia compósita e plutocrática. Essas suas características impõem limites estruturais difíceis de serem rompidos: a dificuldade de incorporar os trabalhadores na vida civil e a dificuldade de apresentar melhores condições de negociação com o polo externo. As tentativas de construção da hegemonia burguesa no capitalismo dependente falharam exatamente por não terem rompido com o polo externo dinâmico e assim terem tido de se adequar mais uma vez ao movimento externo. Assim, a única forma da burguesia se realizar como classe e impor a sua hegemonia é preservando a aliança entre os polos interno e externo. Florestan não diz explicitamente, mas é óbvio que essa hegemonia só pode ser débil e ter que contar muito com a violência.

Florestan Fernandes, na análise da sociedade de classes organizada no capitalismo dependente, faz uso das categorias weberianas para descrever o período pré-capitalista e do método estruturo-funcionalista para o capitalismo dependente propriamente dito. Mostra como mesmo

o desenvolvimento do polo interno – industrialização, urbanização, novas tecnologias –, mantida a forma dual de dominação,

[...] a evolução do capitalismo não conduz, nessas condições, da dependência a autonomização, mas à consolidação e ao crescente aperfeiçoamento de uma ordem social competitiva capaz de ajustar o desenvolvimento capitalista a formas ultra espoliativas de dominação econômica (interna e externa) e de exploração do trabalho. (FERNANDES, 1973, p. 76).

Significa então que a dinâmica do capitalismo dependente aponta para sua constante renovação e transformação desde que mantida a forma dual de exploração atuada por um polo externo de dominação articulado com o polo interno de dominação. A dinâmica da transformação, porém, é determinada pelo polo externo. A articulação externo / interno explica a necessidade da superexploração e explica também que a ruptura da dependência não pode ser feita a partir do polo interno de dominação, não pode ser feita dentro dos marcos do capitalismo, mas apenas em função antiburguesa e anticapitalista. Diz Florestan a esse propósito: “Só a “revolução contra a ordem”, negadora ao mesmo tempo da dependência, do subdesenvolvimento e do capitalismo, oferece uma alternativa real ao padrão dependente de desenvolvimento capitalista.” (FERNANDES, 1973, p. 89).

Em tom de conclusão parcial, com a perspectiva estruturo-funcionalista, Florestan emenda:

Como sucede com os fatos de estrutura, os fatos de funcionamento e de evolução sugerem que uma ordem social competitiva fraca não possui condições para coordenar as transformações críticas do sistema do sistema de produção capitalista, da sociedade de classes e da civilização científico-tecnológica. Inibindo todas as influencias, exceto as que procedem do tope e combinam a mudança socioeconômica, cultural e política à preservação mais ou menos rígida de privilégios de classes, ela só deixa uma porta aberta à superação do subdesenvolvimento: a revolução socialista. (FERNANDES, 1973, p. 89).

A ordem social competitiva, na América Latina, tem origem na dominação oligárquica, de sua transformação induzida pelo polo externo. A sua preocupação é aquela de preservar os privilégios e vantagens das classes dominantes, que persistem e se adequam aos interesses do polo externo de dominação. De fato, a ordem social competitiva é exclusiva das classes possuidoras. As classes dominadas tem baixíssima a capacidade de influenciar a ordem social competitiva por conta de sua debilidade organizativa. Eventual atividade disruptiva tende a ser facilmente reprimida pela ação policial ou militar.

No entanto, o dinamismo do capitalismo dependente leva inevitavelmente a configuração da sociedade de classes, de modo que os dominados acabam também eles por se constituir em classe, ainda que dentro da ordem. Com o capitalismo monopolista imperialista o polo exterior se internaliza e cria uma condição simétrica ao antigo padrão colonial. O polo interno adapta a ordem social competitiva às novas condições com o reforçamento das instancias repressivas do Estado, sempre com o fito de manter os privilégios das classes “altas”. Assim é que se completa a revolução burguesa, não com o discurso da liberdade e igualdade, mas com a defesa aguerrida dos privilégios da burguesia associada ao imperialismo. As tarefas da revolução burguesa original – a questão nacional, a questão da terra, a questão da democracia – passa às mãos dos explorados pelo capital, que só podem resolve-las na revolução socialista.

Esse segundo ensaio é o único que mostra ampla bibliografia de referência. Percebe-se a presença de muitos autores hispano-americanos, alguns brasileiros, apenas Caio Prado Jr. como notório marxista. Nem mesmo os chamados clássicos da Sociologia aparecem.

A QUESTÃO DOS INTELLECTUAIS

O terceiro texto do livro foi o primeiro a ser escrito, em abril de 1970, e apresentado no X Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado em Santiago do Chile. Decerto trata-se de um escrito da maior importância no qual Florestan questiona a lugar e a papel dos intelectuais, da Sociologia e dele mesmo num contexto de crise e de mudança social.

Por suposto, Florestan reconhece que a Sociologia surge nos países hegemônicos do capitalismo com uma função de estabilização da ordem, constrói métodos e conceitos e se difunde para outros países. A questão que se coloca é como essa Sociologia, receptada em países dependentes, como os da América Latina, também contribui para a defesa da ordem social competitiva. Intelectuais em sentido amplo, incluindo sociólogos, trabalham inseridos em instituições apropriadas para a preservação ou mudanças dentro da ordem dentro dos polos de poder político econômico característicos do capitalismo dependente. Assim que há um campo ideológico unificado, mesmo que distinto, em ambos os polos do padrão de dominação.

No período de conclusão da revolução burguesa no capitalismo dependente ocorre também a internalização do polo de dominação externo, numa reprodução mimética do antigo padrão colonial. Esse movimento induz um processo de “modernização dependente”, que não passa de nova adequação da dependência. Para a Sociologia, para o conjunto das Ciências Sociais, para os cientistas a questão que se coloca é sobre a possibilidade da autonomização do desenvolvimento. Ora, para Florestan há certa obviedade na assertiva de que no capitalismo dependente também a produção científica e tecnológica, assim como seus usos, encontram-se limitados pela situação de dependência. A organização e o financiamento da ciência ficam condicionados aos interesses, em última instância, do capital financeiro transnacional. Da mesma maneira a educação e a cultura na sua materialidade.

Um processo da autonomização a partir da modernização dependente não parece ser possível, na acepção de Florestan, ainda que essa ideia seja bastante difundida. Seria esse o caminho de um nacionalismo democrático revolucionário, mas a preservação de laços com o com os centros hegemônicos tende a ficar difícil até o ponto de haver uma limitação muito grande de transferência de tecnologia. O enfrentamento dessa dificuldade implica um investimento grande na produção científica nacional, seguindo os interesses e necessidades nacionais e alterando as relações internacionais, com privilegiamento de países que entraram nessa senda de produção científica e tecnológica autônoma.

A Sociologia pode colaborar nesse processo de autonomização nacional? A resposta é positiva com a ressalva de vir a ser uma importância instrumental,

[...] e só adquire eficácia prática quando os conhecimentos sociológicos são absorvidos e dinamizados por comportamentos coletivos que desencadeiam, reforçam e consolidam mudanças sociais de natureza revolucionária (como ‘revolução dentro da ordem’ ou como ‘revolução contra a ordem’). (FERNANDES, 1973, p. 141).

A modernização começa como um processo imposto de fora voltado para a acentuação da dependência dos povos frente aos centros hegemônicos do grande capital e torna-se inevitável. Cabe então a Sociologia servir a uma inversão do processo de modernização, fazê-lo um movimento interno com vistas a emancipação nacional e social. Mas é tão evidente que os sociólogos não podem ser os atores da mudança social, quanto não podem também ficar alheios às transformações em andamento. O sociólogo tem que tomar partido, dado que a opção pela neutralidade não existe.

Assim que Florestan, ao concluir que a revolução na América Latina só pode ser uma revolução socialista, passa a associar a sociologia crítica e militante do socialismo como caminho necessário pra a emancipação dos povos América Latina. A Sociologia, quer faça uso da análise estrutural funcionalista ou da dialética, “[...] se converte numa ciência dos processos histórico-sociais in flux.” (FERNANDES, 1973, p. 156).

CONCLUSÃO

Ao se completar a análise desses três ensaios de Florestan Fernandes algumas poucas conclusões parecem certas. Mais do que antes Florestan se fez o sociólogo crítico, militante, socialista, um homem de partido no sentido de alguém que está do lado e ao lado das massas desvalidas e exploradas. O seu entendimento era de que a América Latina entrava nos anos 70 numa situação revolucionária ainda que vivesse sob regimes

ditatoriais repressivos. Na verdade, era essa a demonstração da situação revolucionária.

A conclusão da revolução burguesa na fase do capitalismo monopolista, com a internalização do capital financeiro levava a exacerbação da autocracia burguesa e a saída viável não era outra que a revolução socialista. Sobre esse ponto Florestan chega a ser contraditório, pois às vezes aceita a viabilidade de uma revolução nacionalista que implantaria alguma variante de capitalismo de Estado. Chama muito atenção que Florestan tenha feito essa avaliação basicamente por meio de análise estrutural funcionalista. As referências a dialética ou ao marxismo são incidentais.

O passo ulterior que Florestan daria na sua aproximação com o marxismo se apresenta já quando estava de volta ao Brasil e retoma os estudos interpretativos sobre a revolução burguesa no Brasil. O livro lançado no fim de 1974, trazia exatamente o título de *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, lançado também pela Zahar editores. Não é difícil notar as diferenças entre os primeiros capítulos, escritos ainda nos anos 60 e a terceira parte, que trazia ecos do exílio. No prefácio à segunda edição desse livro (FERNANDEES, 1975, p. 7), escrita em março de 1976, Florestan apresenta outra leitura da época colonial, agora vista como dominada pelo modo de produção escravista. A partir dessa constatação aparece a pergunta sobre o papel da escravidão na acumulação originária do capital no Brasil. O enfoque teórico já não é o estruturalismo funcional e é bastante visível o empenho para se fazer uma análise de cunho marxista, ainda que os traços da Sociologia clássica weberiana persistam acentuados.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

DEL ROIO, Marcos. O PCB e a estratégia da revolução brasileira. *Novos Temas: revista do Instituto Caio Prado Jr.*, São Paulo, n. 7, p. 217-235, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México, D.F.: Ediciones Era, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México, D.F.: Siglo XXI, 1969.

SANTOS, Theotônio. *Socialismo o Fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. Santiago: Ed. PLA, 1972.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.